



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Governadoria - GOV

Ofício nº 2239/2021/GOV-GOV

Porto Velho-RO, 12 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ**
Presidente da CPI Pandemia
Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo 2, Ala Filinto Muller, gabinete 01
70.165-900, Brasília - DF
E-mail: sec.cpipandemia@senado.leg.br

Assunto: **complementação ao Ofício nº 2175/2021/GOV-GAB (Ofícios n. 133/2021, n. 430/2021, n. 491/2021, n. 532/2021, n. 607/2021, n. 674/2021, n. 715/2021, n. 768/2021, n. 833/2021, n. 874/2021, n. 927/2021, n. 983/2021, n. 1054/2021)**

Senhor Senador Presidente,

Consignando nossa estima e consideração, em complemento ao Ofício nº 2175/2021/GOV-GAB, ID 0017816709, encaminhado no dia de ontem, 11 de maio de 2021, o qual requereu prazo de 30 dias para fornecer as informações e documentos, esclarecemos, informamos e levamos documentos parciais sobre o que foi solicitado por esta comissão parlamentar de inquérito.

Preliminarmente, ressaltamos que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Controladoria-Geral do Estado (CGE) compreendem que a **disponibilização de acesso externo aos processos e documentos relacionados a recursos federais para o enfrentamento da Covid-19** é meio adequado para atender à finalidade desejada pela CPI desse Senado Federal, haja vista ser uma forma dotada de razoabilidade e patente observância aos valores republicanos de transparência e *accountability*, harmonizando-se com os padrões modernos de tecnologia da informação, bem como cumpre com o disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal e no art. 146, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Citamos, a título de exemplo, os processos SEI 0007.143947/2020-04, 0007.036367/2021-34 e 0007.167201/2020-88, referentes a requerimentos de acesso oriundos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU), cujo objetivo é justamente fiscalizar os recursos destinados ao Estado de Rondônia para o enfrentamento da Covid-19. Em todos esses expedientes, tais instituições requerem a forma de acesso externo ora ofertada pelo Estado de Rondônia à Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia.

Quanto às indagações feitas em diversos requerimentos, recebidas por este Estado via ofícios de V. Exa., esclarecemos:

1 . Dos itens, Notas de Empenho (em PDF), Ordens Bancárias (em PDF), Notas Fiscais (em arquivo XML): elaboramos planilhas norteadoras com os respectivos processos administrativos nos quais iremos identificar todos os documentos requeridos. Nesta mesma planilha, seguirá, também, o número

identificador de cada documento, com o objetivo de facilitar a sua análise e localização, considerando que ao digitar o "ID" do documento pretendido, o sistema, de forma automática, o localizará o arquivo.

Valioso destacar a forma de organização do trabalho e de instrução dos processos de compras e contratos da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (SESAU-RO). Para cada aquisição de bem ou serviço, haverá 04 (quatro) processos administrativos distintos, sendo o primeiro o processo administrativo destinado à licitação, o segundo para a gestão do contrato administrativo, o terceiro processo para reservas orçamentárias e empenho da despesa e o último para a anexação da certificação dos serviços prestados - para que ocorra a liquidação e o pagamento da despesa.

Em anexo, seguem planilhas com os processos dos anos 2020 (0017922045) e 2021 (0017921931), bem como a execução dos restos a pagar de 2021 (0017922047 e 0017922049).

2. Processos administrativos de despesa: conforme já esclarecido pela PGE/RO e CGE/RO, os processos dos anos 2020 (0017922045) e 2021 (0017921931), relativos às despesas ocorridas com recursos federais para o enfrentamento da Covid-19, terão o respectivo acesso externo disponibilizado a quem V. Exa. assim desejar e designar.

3. Extratos bancário (em arquivo Excel): seguem dispostos no arquivo anexo nominado "Extrato Bancário" (0017921361).

4. Documentos bancários de comprovação de créditos e débitos:

4.1. Dos créditos. Os ingressos de recursos federais destinados ao enfrentamento da Covid-19, que ocorreram entre o período de março de 2020 e abril de 2021, encontram-se dispostos no anexo "Relação Documentos Comprobatórios dos Créditos em Conta" (0017921008).

4.2. Dos débitos. Os débitos efetuados em conta terão as respectivas ordens bancárias identificadas posteriormente, dado o grande volume de informações a serem levantadas.

5. Carência de medicamentos e insumos.

As Secretarias Estaduais de Saúde em todo o Brasil enfrentam, desde o mês de março/2020, uma enorme escassez de medicamentos, conhecidos como "kit de intubação", os quais são utilizados na intubação de pacientes no âmbito hospitalar, que, na atual conjuntura, é um procedimento indispensável em casos de quadros críticos da Covid-19, em pacientes internados em leitos de UTI e com uso de ventilação mecânica.

O Estado de Rondônia, pela Secretaria de Estado da Saúde, encaminhou as planilhas semanais de monitoramento dos quantitativos dessas medicações ao Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS e repassou ao Ministério da Saúde, conforme orientado pelo referido Conselho, medidas estas realizadas no intuito de gerar informação quanto à situação fática dos níveis destas medicações no Estado de Rondônia.

Desde março/2020, os estoques desses medicamentos nos hospitais já apresentavam comprometimento em função da indisponibilidade de comercialização de alguns desses produtos no mercado nacional, razão pela qual o CONASS solicitou especial atenção e apoio do Ministério da Saúde para garantir o abastecimento desses itens nos hospitais de referência que constam dos planos de contingência dos estados, por intermédio do Ofício CONASS Nº 209, de 14/05/2020, cuja demanda foi reiterada pelo Ofício CONASS Nº 214.

Desta forma, encaminhamos, anexos, os quantitativos das medicações que são referenciadas como parte do "kit intubação" (0017843987).

No tocante ao suprimento de oxigênio, desde 12 de fevereiro de 2021, o Estado de Rondônia tem realizado constantes levantamentos situacionais acerca da capacidade instalada de

oxigênio para o enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19 junto às Secretarias Municipais de Saúde e Conselho de Secretarias Municipais (COSEMS/RO), conforme arquivo anexo (id 0017923079).

Ressalta-se que o Estado de Rondônia tem recebido por via aérea remessas regulares de contêiner com isotanque de oxigênio, tanque perma-cyl e também remessas por transporte rodoviário, além do recebimento de 360 cilindros de oxigênio, os quais foram distribuídos aos 52 municípios do Estado de Rondônia, visando o suprimento da sua demanda, sobretudo no atendimento das pessoas acometidas pela Covid-19.

Diante do exposto, reafirma-se que o Estado de Rondônia tem empreendido e adotado todas as medidas no âmbito da sua competência no enfrentamento à pandemia, sobretudo voltadas à mitigação dos riscos de desabastecimento de oxigênio, além de buscar viabilizar estratégias e articulação junto ao Ministério da Saúde e às demais esferas de gestão, visando garantir a continuidade da assistência à saúde da população do Estado de Rondônia diante do cenário crítico de saúde vivenciado atualmente.

6. Protocolos medicamentosos.

Os hospitais sob gestão estadual seguem Protocolos Clínicos de Tratamento que são elaborados de acordo com as evidências clínicas e terapêuticas comprovadas e aprovadas pelo Ministério da Saúde (MS), pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pela Associação de Medicina Brasileira (AMIB), mas são constantemente atualizados, uma vez que a Covid-19 é dinâmica e já se verificam diversas "cepas" novas.

Dessa forma, seguem os arquivos em formato "pdf", referentes aos hospitais da rede estadual em Rondônia:

Protocolo COVID Hospital de Campanha Zona Leste (0017900109)
Protocolo COVID Hospital de Campanha de Rondônia (0017900047)
Protocolo COVID Hospital de Base Dr. Pinheiro (0017900003)
Protocolo COVID Hospital CEMETRON (0017899932)
Protocolo COVID Hospital Infantil - HICD (0017900354)
Protocolo COVID Hospital Regional de Cacoal - HRC (0017900520)
Protocolo COVID Hospital HEURO - Cacoal (0017900296)
Protocolo COVID Hospital Regional de Buritis (0017900483)
Protocolo COVID Hospital Regional de Extrema (0017900582)
Protocolo COVID Hospital Regional São Francisco (0017900849)
Protocolo COVID SAMD (0017900923)

7. Medicamentos adquiridos, datas das aquisições e quantidades adquiridas.

As planilhas de controle de entrega contendo dados de número de processos no sistema eletrônico SEI/RO; número de notas de empenhos de cada processo; referência à modalidade de aquisição; número da Ata de Registro de Preço e Pregão Eletrônico; nome, CNPJ e endereço da empresa; data de envio da nota de empenho ao fornecedor; descrição dos itens adquiridos no empenho; unidade, marca, quantidade; valor unitário; valor total; número de notas fiscais recebidas; datas de recebimento de cada nota fiscal, seguem em anexo (0017912290 e 0017912596). As informações encaminhadas referem-se a processos de aquisição com alocação de recursos orçamentários para as despesas nas Fontes 0209, 0609, 0260, 0660 e Planos de Atividade (P/A) 2442 e 2446.

8. Percentual de eficácia de cada medicamento utilizado considerando o percentual de pacientes tratados e recuperados.

O Centro Brasileiro de Informação sobre Medicamentos do Conselho Federal de Farmácia - CEBRIM/CFF define eficácia da seguinte forma:

Eficácia significa que uma intervenção qualquer, por exemplo, o uso de um medicamento, funciona em um contexto ideal, onde há rígido controle dos procedimentos do tratamento, da observância ao protocolo e do monitoramento das funções orgânicas dos participantes da pesquisa (é obtida por meio de estudos clínicos randomizados controlados). (Conselho Federal de Farmácia - CFF. Centro Brasileiro de Informação sobre Medicamentos do - CEBRIM/CFF. Farmacoterapêutica. Ano XII, Números 1 a 3. Disponível em: <<https://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/3/63a68.pdf>> Acesso em: 12 de maio de 2021.)

Na oportunidade, é válido mencionar que a análise de eficácia e segurança de medicamentos é realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), através da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos e Gerência de Avaliação de Segurança e Eficácia, baseando-se em roteiros técnicos de análise elaborados pela entidade, o qual consta anexo a este processo (0017913496).

Não obstante, cabe mencionar que, no período compreendido entre o primeiro caso de Covid-19, em março de 2020, a abril de 2021, foram registradas **9.953** internações para tratamento da doença nas unidades hospitalares da rede própria deste Estado, sendo que **7.737 (77,7%)** tiveram desfecho de saída por alta ou transferência da unidade, e **2.141 (21,5%)** por óbito em decorrência da doença, salientando-se que o perfil destes pacientes referenciados à rede estadual é de média e alta complexidade.

Respeitosamente,

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador

TIAGO CORDEIRO NOGUEIRA

Procurador-Geral do Estado em exercício



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Cordeiro Nogueira, Procurador(a)**, em 12/05/2021, às 23:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 12/05/2021, às 23:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0017924486** e o código CRC **18935ACA**.